

Arranjo explica dinheiro sumido

Depois de cinco versões distintas, enfim a verba desaparecida do desemprego ganha versão que fica 48 horas de pé

Ana Júlia Pinheiro
Da equipe do Correio

Enfim, o governo do Distrito Federal conseguiu arranjar uma explicação para o sumiço do dinheiro do desemprego. Sobre os R\$ 640 mil desaparecidos, todas as explicações do governo apresentadas até aqui eram rebatidas pelos próprios envolvidos e, agora, pelo menos, os protagonistas do caso arrumaram uma versão única. Eis o que diz: as verbas desaparecidas foram integralmente remetidas para o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), uma das três entidades que o governo contrata para pesquisar mensalmente o mercado de trabalho. Até a semana passada, o governo do Distrito Federal informava ter recebido R\$ 750 mil para financiar as pesquisas sobre o desemprego, mas não sabia esclarecer o que fizera com a parte mais significativa da verba, os misteriosos R\$ 640 mil.

Agora, depois de apresentar três versões diferentes, o governo do Distrito Federal garante que todos os R\$ 750 mil foram usados para remunerar o IEL. É a primeira vez, desde que o assunto veio a público em reportagem publicada pelo **Correio Braziliense** na edição de 1º de fevereiro, que a explicação do governo do Distrito Federal é confirmada pelo IEL que, por sua vez, divulgou duas versões diferentes sobre o caso na semana passada até chegar ao consenso com o GDF. Ou seja: depois da dança de cinco versões, apareceu uma versão única. Ela tem contradições, é verdade, mas pelo menos já conseguiu passar 48 horas sem ser desmentida por algum dos envolvidos. Neste caso, 48 horas sem desmentidos pode ser considerado um recorde.

O dinheiro para pesquisar o desemprego sai do Ministério do Trabalho, chega à Secretaria do Trabalho, passa pela Secretaria da Fazenda e vai para o caixa da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). A Codeplan, por sua vez, encarregada de administrar as pesquisas, remunera o IEL e outras duas entidades: a Fundação Seade e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). A verba do Ministério do Trabalho, de R\$ 750 mil por ano, é o que se chama de "dinheiro carimbado": não pode ter outro destino que não o pagamento das pesquisas.

Embora a quantia de R\$ 640 mil não seja expressiva para um governo cujo orçamento anda na casa dos R\$ 6 bilhões anuais, o caso é ilustrativo de um certo desarranjo administrativo, pois a incógnita sobre o destino dos R\$ 640 mil durou uma semana até que o GDF e o IEL montassem, não exatamente uma prova incontestável, mas pelo menos uma explicação. No auge da confusão, o governo chegou a criar uma sindicância interna para investigar o assunto e, logo no dia seguinte, voltou atrás jul-

gando que nada havia para investigar. É didático relembrar as múltiplas versões produzidas à guisa de explicação e as três contradições que subsistem.

SEGUNDA: VERBA NÃO SAIU

De início, o governo não se entendia sobre a verba. O Ministério do Trabalho informava que repassara todos os R\$ 750 mil ao GDF. No GDF, os secretários do Trabalho, Wigberto Tartuce, e da Fazenda, Valdivino Oliveira, confirmavam ter recebido a verba e informavam tê-la repassado integralmente à Codeplan, declarações que vinham confirmadas por documentos. O presidente da Codeplan, Durval Barbosa Rodrigues, no entanto, negava. Até segunda-feira passada, dia 31 de janeiro, Barbosa Rodrigues dizia que as secretarias não haviam repassado todo o dinheiro. E o pouco que repassaram, dizia ele, tivera outro destino. Em carta enviada ao **Correio**, ele informou que a verba fora usada em "outras prioridades". Por isso, alegava ele, as três entidades (IEL, Dieese e Fundação Seade) ainda tinham R\$ 640 mil a receber.

TERÇA: VERBA SAIU

Na terça-feira, dia 1º de fevereiro, a história mudou. Barbosa Rodrigues, em entrevista à imprensa, voltou atrás. Admitiu que recebera todo o dinheiro das secretarias do Trabalho e da Fazenda, ao contrário do que vinha dizendo. Assim, ficava no ar outra questão: se recebeu todo o dinheiro, por que não pagou as três entidades? Antes, a resposta era que havia "outras prioridades", mas nisso também Barbosa Rodrigues voltou atrás, mesmo porque a verba, sendo carimbada, não pode pagar "outras prioridades". "Por um equívoco, nós repassamos ao IEL muito mais do que eles teriam direito a receber. Além do dinheiro do ministério (refere-se aos R\$ 750 mil repassados pelo Ministério do Trabalho), pagamos ao IEL um total de R\$ 900 mil. Eles receberam a parte da verba que deveria ter sido destinada ao pagamento da Fundação Seade e do Dieese", disse ele na terça.

No mesmo dia, o diretor do IEL, Carlos Antônio Almeida e Silva veio a público para desmentir o presidente da Codeplan. afirmou que jamais recebera em seu caixa dinheiro destinado à Fundação Seade e ao Dieese. "Mesmo se considerarmos tudo que a Codeplan nos pagou em 1999, a soma não alcança R\$ 900 mil", rebateu Almeida e Silva, exibindo documentos segundo os quais recebera apenas R\$ 705 mil da Codeplan durante 1999. Mais: reforçou a suspeita do sumiço dos R\$ 640 mil, ao apresentar um documento mostrando que a Codeplan lhe devia R\$ 528 mil.

Jorge Cardoso 1.2.00



Almeida e Silva, diretor do IEL: foram duas versões diferentes até chegar a um "consenso" com o governo

Paulo Araújo 1.2.00



Durval Rodrigues, da Codeplan: contradições três versões diferentes

Somando-se esses R\$ 528 mil à dívida da Codeplan com a Fundação Seade e o Dieese, de R\$ 112 mil, chega-se ao total desaparecido: R\$ 640 mil.

QUARTA: NÃO SAIU, NÃO

Na quarta-feira, 2 de fevereiro, Barbosa Rodrigues apresentou um extrato de contas do GDF no qual mostrava que destinara R\$ 900 mil ao IEL e, portanto, pagara até mais do que devia ao instituto. De novo, foi rebatido por Almeida e Silva, que exibiu dois documentos. Num, provava que só recebera R\$ 705 mil da Codeplan em 1999. Noutro, Barbosa Rodrigues assinava a confissão de uma dívida de R\$ 528 mil ao IEL. "Como a Codeplan teria me pagado até mais do que me devia se o presidente da empresa assina um papel dizendo que me deve R\$ 528 mil?", dizia

Almeida e Silva. O calendário reforçava seu argumento. Pelo extrato de contas do GDF, a última parcela dos R\$ 900 mil fora paga a 2 de dezembro. E o documento em que Barbosa Rodrigues confessava a dívida de R\$ 528 mil é de 6 de dezembro — portanto, quatro dias depois.

QUINTA: AH, SAIU, SIM

Assim, os R\$ 640 mil continuavam sem paradeiro conhecido. O IEL insistia que era credor de R\$ 528 mil. Seade e Dieese também mantinham a afirmação de que tinham R\$ 112 mil a receber, uma dívida, aliás, que jamais foi contestada pelo GDF. Na quinta-feira, porém, tudo mudou novamente. E os documentos que vinham como prova das afirmações de um e de outro repentinamente perderam o valor. Almeida e Silva, do

IEL, distribuiu uma nota à imprensa em que desdiz tudo o que dissera. Em dezessete linhas, admite que recebera R\$ 900 mil da Codeplan, e não apenas R\$ 705 mil como vinha afirmando havia três dias. "Sentei com o GDF para fazer um encontro de contas e concluímos que o IEL tinha mesmo recebido R\$ 900 mil", diz Almeida e Silva. Na nota, explica inclusive que, dos R\$ 900 mil que recebeu, R\$ 640 mil são recursos oriundos do Ministério do Trabalho. Pronto: os R\$ 640 mil que andavam desaparecidos deram finalmente o ar de sua graça. Será?

AGORA: SERÁ QUE SAIU?

As dezessete linhas, no entanto, encerram três estranhezas. A primeira é uma contradição. Na nota de 2 de fevereiro, o IEL afirma que os R\$ 705 mil que recebeu da Codeplan decorriam de dívidas de dezembro de 1998 e do primeiro semestre de 1999. Na nota do dia seguinte, porém, os R\$ 705 mil já não tinham mais nada a ver com os pagamentos de dezembro de 1998. Só com os de 1999. É estranho que numa nota o pagamento de R\$ 705 mil inclua o mês de dezembro de 1998. E, na outra, apesar da exclusão da parcela de dezembro de 1998, o valor se mantenha em R\$ 705 mil. Estranho porque fere o princípio matemático segundo o qual a adição soma e a subtração diminui.

A segunda impropriedade é o fato de a nota do IEL informar a origem dos R\$ 640 mil, dizendo que vieram do Ministério do Trabalho. Quando uma empresa recebe pagamentos da Codeplan, a fatura não identifica a origem do recurso. Nunca. Como então o IEL sabia dizer que os R\$ 640

mil eram do Ministério do Trabalho? "De fato, nos meus registros não há como saber, mas quando o GDF nos convidou para descobrir o que estaria desconhecido em nossas contas, Valério me disse que os R\$ 640 mil eram recursos do Ministério do Trabalho", diz Almeida e Silva, referindo-se a Valério Campos, chefe de gabinete do governador Joaquim Roriz. Ou seja: depois de um "convite" e uma informação oral, o IEL achou que estava tudo esclarecido.

O terceiro aspecto que chama a atenção na nota do IEL está na dívida de R\$ 528 mil. O instituto diz que, do total do crédito que tem a receber, a parte mais significativa, de R\$ 458 mil, deve ser paga pelo GDF com recursos próprios, e não com a verba enviada pelo Ministério do Trabalho. Curioso. O IEL não tem obrigação nem meios de saber de onde virá o recurso que pagará sua dívida. Mas faz questão de dizer numa nota o que só o GDF poderia dizer. Ao bancar o ventríloquo do governo, o IEL entra em contradição com aquele documento em que Barbosa Rodrigues admitia ter uma dívida de R\$ 528 mil com o próprio IEL. Na segunda página desse documento, está dito que "o pagamento (dos R\$ 528 mil) está condicionado a repasse da verba do Fundo de Amparo ao Trabalho (leia-se Ministério do Trabalho)". Fica clara a contradição: numa nota, o dinheiro viria do Ministério do Trabalho. Apenas um dia depois, uma outra nota diz o contrário: o dinheiro deve vir do caixa do próprio GDF.

Pode parecer um detalhe sem importância a procedência do dinheiro, seja do GDF ou do Ministério do Trabalho, mas é preciso considerar que o dinheiro do Ministério do Trabalho é carimbado. Ou seja: tem de ser usado para remunerar as pesquisas sobre o desemprego, e não pode ter outra destinação. Ao afirmar, na segunda nota, que a maior parte da dívida deve ser paga com recursos próprios do GDF, o IEL absolve o governo de ter, eventualmente, usado a verba para outro fim. É interessante que o IEL assuma publicamente a versão do GDF — seja informando a origem dos R\$ 640 mil que já recebeu, seja informando a origem dos R\$ 428 mil que ainda tem a receber — mas existe uma explicação. A nota do IEL foi redigida na quinta-feira passada, dentro do governo, e a seis mãos: o secretário da Fazenda Valdivino Oliveira, o chefe de gabinete Valério Campos e o próprio diretor do IEL, Almeida e Silva, trabalharam no documento que, no entanto, vem assinado apenas pelo IEL. Até parece que a idéia era enterrar as cinco versões diferentes e enjamburar uma explicação consensual.